

## Dançando na corda bamba: Mito e mitologia nacional na obra de Eduardo Lourenço (ou: como Eduardo Lourenço sobreviveu o golpe mortal dos construtivistas)

Ingemai Larsen \*

Se a confrontação com a obra de Eduardo Lourenço e a tarefa de se pronunciar sobre ela suscite humildade e hesitação, também inspira gratidão e prazer de poder estar presente nesta ocasião tão feliz, sobretudo para os portugueses mas também para os demais para quem a sua escrita foi sempre uma fonte inesgotável de inspiração e desafio. Como no meu caso ao qual tomarei a liberdade de me pronunciar em forma de um breve *flash back* sobre Portugal, visto por alguém de fora.

Enquanto o subtítulo da minha intervenção é bastante pragmático e pouco poético o próprio título inclui um termo mais inspirador, pois 'mito' é exactamente um vocábulo cuja carga conotativa inspira curiosidade literária e filosófica e que, por conseguinte, convida para uma reflexão também sobre a nação o que tem sido uma constante na História de Portugal. Apesar de Benedict Andersen ter observado que '...unlike most other -isms, nationalism has never produced its own grand thinkers: no Hobbeses, Toquevilles, Marxes or Webers<sup>1</sup>, o facto de vários dos *grand thinkers* portugueses terem sido exactamente pensadores da nação revela bem o peso dessa questão na História da Cultura. Só que fora do país nem todos sabem da existência deste -ismo português.

Eu, por exemplo, fiz parte dos ignorantes quando vim para Portugal, como estudante, nos fins da década de oitenta, isto é, na altura em que se assistia aqui ao debate entre os expoentes do discurso nacional moderno e racional e os representantes do discurso mítificante e ontologizante. Este debate sem paralelo e a que jamais tinha assistido fascinou-me. Como se devia enquadrar uma discussão sobre o ser e o destino portugueses, uma assim chamada teoria sobre a portugalidade ou um Agostinho da Silva que na televisão defendia o valor do mito do Quinto Império? Estas questões não eram evidentes na perspectiva de uma recém-chegada estrangeira.

Quase todas as semanas a discussão sobre a identidade e os mitos portugueses enchia as páginas dos jornais, incluindo comentários e ensaios não apenas formulados por autores e pela inteligência académica mas também por deputados de praticamente todos os partidos políticos. Sendo leitora assídua destas páginas fui percebendo, aos poucos, que não se tratava de uma confrontação banal entre escritores reconhecidos e marginalizados, ou entre a esquerda e a direita política, mas sim, uma confrontação que superava essas dicotomias.

E foi neste cenário que comecei a conhecer Eduardo Lourenço. Contudo, o seu aparecimento veio agravar ainda mais a minha desorientação perante estas questões. Como interpretar a escrita de Lourenço, repleta de sonhos, destinos e aventuras celestes, ora trazendo para o meu olhar interior as imagens de *Mensagem*, ora levando-me para o universo dum Teixeira Pascoais ou às utopias dum António Vieira?

Sempre com um verbo magistral, sempre com uma capacidade impressionante de decifrar a história da cultura portuguesa, ao mesmo tempo com o bisturi de um cirurgião e a empatia de um sábio, sempre capaz de fornecer tantas perguntas como respostas. Um

---

<sup>1</sup> Anderson, Benedict (1996), *Imagined Communities* (7. edição), London- New York, Verso, p. 5.

homem que nem sempre se preocupou em fazer a distinção entre o entrevistado e o entrevistador, um homem que aparentemente contribuiu tanto para revitalizar como para criticar o *mythomoteur* da pátria<sup>2</sup>. Muito sinceramente: eu não sabia o que fazer deste homem culto e gracejador que por via da sua intuição e da sua enorme investigação empírica me apresentou aos *grand thinkers* portugueses, aqueles que efectivamente tinham produzido um -ismo em volta da mesma preocupação: o que era e o que devia ser Portugal?

O resto da minha história é rápida. Foi exactamente a vontade de encontrar a origem deste -ismo português que foi o fio condutor do meu trabalho a seguir, e a bagagem e o acompanhamento lourençoano foi o meu *sine qua non*.

Estávamos, como disse, nos fins da década de oitenta, visto globalmente em plena época de transformação paradigmática científica. Os novos campos de estudos de cultura e história nacional – designavam-se *cultural studies*, estudos pós-coloniais, estudos de representação ou então de dominância, caracterizavam-se, entre outras coisas, pela profunda suspeita ao sentimento de nação chamado patriotismo tal como aos mitos que o sustentavam. Rejeitou-se, de forma geral, a autenticidade dos sentimentos que escapassem à hierarquia *top-down*, não apenas por não serem científicos, mas também por revelarem uma perspectiva neo-romântica e, por seguinte, supostamente romantizante, por esconderem as relações de poder, por representarem uma espécie de consciência falsa. A herança do marxismo materialista era muito visível, também quando se falava em nações, e, como se lembram, por todo o lado se falava de nações. Inumeráveis foram as publicações, congressos e debates sobre tal fenómeno. Uma tese relacionada com a questão da nação incluía, sem falta, um capítulo fazendo o balanço entre primordialistas e construtivistas, mas muito dificilmente, sobre todo aquilo que se situava no espaço entre eles. Digamos que os pólos conseguiram polarizar o debate e que a mensagem do novo pólo construtivista foi inequívoca. A ideia de possuímos características nacionais era impensável, todos éramos iguais e, caso contrário, as diferenças entre nós eram construídas. De todos os produtos fabricados pela elite capitalista com o fim de assegurar a posição de poder e elevar a produção industrial, a nação gozava de uma posição superior, quase intocável. E das numerosas tradições nas quais há séculos se tinha investido sentimentos positivos, as tradições baseadas em mitos nacionais foram as mais inventadas ou até falsas. Quem içava a bandeira nacional, celebrava o centenário de um poeta da pátria ou exprimia prazer e orgulho em utilizar o vernáculo era visto com desconfiança.

Em Portugal travou-se a mesma guerra como em todas as partes e não de maneira menos sangrenta. Aqui, nada foi mais sensível do que a questão da história, dos mitos e da identidade nacional. Num ambiente onde há séculos se ia nutrindo uma sensibilidade racional imbuída também na literatura e não alheia à empatia como entrada metodológica, e, mais importante, onde na época em causa a herança católica-salazarista em conjunto com a questão colonial pesavam muito, o aparecimento dos construtivistas no palco científico implicou nada menos do que um golpe mortal para muita gente. Um golpe inevitável,

---

<sup>2</sup> Cf. Armstrong, John (1982), *Nations before Nationalism*, University of North Carolina Press, Chapel Hill.

um golpe imperativo, um golpe mortal – sobretudo para os defensores do discurso mitificante, seja sob a designação A Filosofia Portuguesa, seja a de patriotismo místico ou outras.

Enquanto para os sociólogos e historiadores (pelo menos muitos deles) se tratava de abordar um problema empírico com rigor científica, neste caso a nação portuguesa em toda a sua complexidade, para os aderentes do (aderentes ao) mencionado discurso mitificante a mesma discussão dizia respeito sobretudo ao grau de lealdade para com a pátria, sendo qualquer ataque à sua leitura da história e dos mitos portugueses interpretada como um ataque à própria integridade da nação e das características portuguesas. Basta pensar num António Quadros que claramente definiu o seu próprio discurso como sendo do domínio dos patriotas enquanto o moderno e científico denunciava os iconoclastas da pátria.

Foi neste ambiente bipolar que Eduardo Lourenço se inseriu, ora pulverizando as imagens sobre as quais preguiçosamente os portugueses tinham fundado as suas apostas<sup>3</sup> ou mostrando a capacidade inventadora da literatura nacional, ora afirmando que “a nossa imagem é hoje mais serena e mais harmoniosa que noutras épocas de desvario o pôde ser. Mas não nos muda os sonhos<sup>4</sup>....”

Não admira que esse namorar com os mitos nacionais fosse alvo de crítica severa. Na perspectiva de sociólogos, entre eles por exemplo Boaventura de Sousa Santos, o ensaísmo de Lourenço fez empatar o processo de cientificação de que Portugal tanto necessitava<sup>5</sup>. Outros como Isabel Pires de Lima, admitiram, embora com uma certa hesitação, a posição equívoca dele<sup>6</sup> ou, como no caso de Maria Manuela Cruzeiro, propuseram que se tratava de uma atitude conciliadora<sup>7</sup>. No entanto, para grande decepção de, por exemplo, um António Cândido Franco<sup>8</sup>, Lourenço prejudicou parte da herança cultural e dos mitos históricos nacionais, também, quando este se declarou a favor da Comunidade Europeia.

“Nenhuma barca europeia é mais carregada de passado do que a nossa”, “nenhum povo vive no passado como Portugal”. Em relação à sua lealdade para com Herder, a sua nação orgânica e os estereótipos nacionais, colocava-se a mesma questão, se – a sério – se tratava de um prolongamento do discurso mitificante ou, o simples e muito mais inocente uso de generalizações banais?

---

<sup>3</sup> Cf. Lourenço, Eduardo (1992), *O Labirinto da Saudade* (5. edição), Publicações Dom Quixote, p. 13

<sup>4</sup> Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa* (4. edição), INCM, p. 23

<sup>5</sup> Cf. Sousa Santos, Boaventura de (1992), “11/1992 – Onze teses por Ocasiao de mais uma Descoberta de Portugal”, in *Luso-Brazilian Review*, XXXIX

<sup>6</sup> Cf. Lima, Isabel Pires de (1996), “Rememorar e Futurar ou a Invencao da Pátria”, in *Discursos*, no. 13

<sup>7</sup> Cf. Cruzeiro, Maria Manuela (1997), *Eduardo Lourenço – o Regresso do Corifeu*, Editorial Notícias, p. 62

<sup>8</sup> Cf. Franco, António Cândido (2000), “Eduardo Lourenço – Á Volta do Velho do Restelo”, in *Journal de Letras*, (08.03.00), p. 38

Por outras palavras, mais do que qualquer outro pensador nacional do século vinte, Eduardo Lourenço, e a sua maneira de encarar as questões relacionadas com a identidade e os mitos nacionais, foi alvo de leituras opostas e conduziu a avaliações extremamente diversas.

Penso que devemos encarar esta circunstância, esta dança na corda bamba, de pelo menos duas perspectivas: Primeiro, temos de aceitar que a cisão trágica penetrando toda a obra do autor – uma cisão que para um dinamarquês só pode fazer despertar o nome de Søren Kierkegaard o que por acaso faz imenso sentido – essa cisão reflecte-se, inevitavelmente, em relação a questão do mito e da mitologia nacional, pois ambos pertencem tanto ao nível da verdade empírica como ao nível simbólico-filosófico.

Segundo, penso que podemos interpretar esta sua oscilação como sinal de uma certa despreocupação com a recepção do seu discurso - o que, por sua vez, pode ser condenado como falta de cuidado e reflexão – ou pode ser lido como manifestação de confiança nos leitores, logo que o leitor solicitado por Eduardo Lourenço certamente não é um receptor passivo, mas sim um parceiro crítico.

Querendo ou não, temos de aceitar o paradoxo de que, em termos de motivação, Eduardo Lourenço se distancia claramente do discurso mítico totalizante, não hesitando, porém, em se servir da sua terminologia, retórica densa, sintaxe e metáfora. Foram os *grand thinkers* portugueses, Camões, Vieira e Pessoa que em termos simbólicos-estéticos e originalidade lhe forneceram matéria-prima para a sua obra – até um ponto em que podemos falar em osmose. E por isso vemos como intertextualidade e interdiscursividade andam de mãos dadas nesta obra sem par. Pela sua preocupação, não apenas com a identidade portuguesa, mas também a lealdade que devemos a ela Eduardo Lourenço recorre ao uso da metáfora e de figuras simbólicas, inscrevendo-se assim numa tradição de uso de mitos, não de um uso totalizante mas sim, sem dúvida, aos mitos ligados à caracterização da cultura nacional ou, se se quiser, da alma nacional. Reconhece que a relação entre realidade histórica e mito não corresponde à relação entre verdade e mentira. A verdade encontra-se em ambos mas formula-se consoante convenções de representação diferentes. Ou seja, na sua obra não temos a ver, conforme afirmou Miguel Serra Pereira, com uma mitologia de posse mas com uma mitologia que visa criação.

Foi precisamente graças a esta sua visão de criação, à sua insistência, em voz baixa mas firme, em nunca confundir o mito estático e totalizante com o mito vivo e aberto que Eduardo Lourenço sobreviveu ao golpe mortal dos construtivistas. Situou-se além do essencialismo dos mitólogos puros e o construtivismo alheio às verdades simbólicas e sobreviveu pela sua integridade pessoal.

A função, de certa forma mediadora, de Eduardo Lourenço encontra algum paralelo fora de Portugal, penso neste caso em Benedict Andersen e, nomeadamente, em Anthony Smith que nos mostrou como as nações não são apenas fenómenos criados *top-down* mas também *bottom-up* e como os povos neste processo se aproveitaram de mitos, precisamente de uma maneira criadora e ao serviço colectivo. O reconhecimento deste facto histórico implicou um passo na direcção da desmontagem deste dogmatismo rígido

que fez parte do construtivismo na fase à qual me refiro, um construtivismo ao qual, aliás, ao devemos imenso, importa sublinhar isso.

Ernest Gellner e Eric Hobsbawm compreenderam e exemplificaram em abundância quais os conceitos e as implicações concretas do nacionalismo *top-down* e do abuso das tradições e dos mitos inventados. Deram-nos lições e perspectivas sobre os estudos de história e cultura imprescindíveis para qualquer académico. Encontramos os seus conceitos também na obra do nosso escritor, às vezes são reconhecíveis à primeira vista, às vezes fazem parte de uma leitura sobre a cultura mais interessada na verdade simbólica invocada nos mitos e nas utopias da história portuguesa. Valeu-lhe a sua formação filosófica e sensibilidade hermenêutica para saber que o mito nacional é um fenómeno plurifacetado. E que é preciso às vezes recorrer a vocábulos e registos de linguagem diferentes para poder captar a sua mensagem – o que este pequeno relato (fazendo parte da minha conclusão) também evidencia: No ano passado o sociólogo britânico Richard Jenkins publicou um artigo no qual fala das suas experiências na Dinamarca onde fez um estudo de campo sobre o impressionante uso de bandeiras nacionais. A Dinamarca é, como Portugal, um estado muito antigo cujo mito de origem se liga exactamente à bandeira, encontrando-se na actual Estónia o nosso Ourique, onde, numa batalha em 1219, Deus nos consagrou a nossa bandeira branca e vermelha. Interessava a Richard Jenkins a possível ligação entre este mito nacional e as emoções investidas na bandeira – a qual se encontra, efectivamente, em todos os lados. Assim, queria ainda testar a hipótese de ‘nacionalismo banal’ formulado por Michael Billig<sup>9</sup>. Jenkins concluiu, depois de um trabalho exaustivo (ao qual não presto a justiça devida) que as emoções evocadas pelo uso da bandeira eram as mesmas, sejam em situações formais, sejam populares, de forma que não chega falar em nacionalismo banal, pois este conceito não capta o poder emocional do uso da bandeira. Admite ele: “We need a better vocabulary for talking about this”<sup>10</sup>.

Palavras finais: Hoje a questão da ‘verdade’ e função dos mitos nacionais não são temas menos actuais nem menos arriscados de intervenção do que há vinte anos atrás. Requer-se de quem entra no debate um apreço tanto pela história nacional e os seus mitos como pela necessidade de às vezes pulverizar esta mesma história e os seus mitos. Possuindo este apreço – e ousadia – a obra de Eduardo Lourenço é uma proposta ética-simbólica para a sociedade portuguesa – uma proposta que, felizmente, sobreviveu e que continua a constituir uma fonte inesgotável de inspiração e desafio.

Parabéns a si, Eduardo Lourenço, parabéns a vocês, compatriotas dele.

---

<sup>9</sup> Cf. Billig, Michael (1995), *Banal Nationalism*, Sage Publications

<sup>10</sup> Jenkins, Richard (2007), “Inarticulate Speech of the Heart: Nation, flag and emotion in Denmark”, in *Flag, nation and symbolism in Europe and America*, edited by Thomas Hylland Eriksen and Richard Jenkins, Routledge, p. 131.

\*Ingemai Larsen, Ph. D

Professora Associada da Faculdade de Letras na Universidade de Copenhaga, Coordenadora do Curso de Línguas e Culturas Portuguesas. Tem publicados vários artigos em Português, Inglês e Dinamarquês sobre a questão do(s) discurso(s) da nação em Portugal, tendo nos últimos anos vindo a debruçar-se sobre os estudos pós-coloniais.